

EDcl nos EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.753.987 - MA (2018/0175462-2)

RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO
EMBARGANTE : CONSORCIO ESTREITO ENERGIA - CESTE (CONSORCIO)
ADVOGADO : ALEXANDRE DOS SANTOS PEREIRA VECCHIO E OUTRO(S) -
SC012049
EMBARGADO : ALDERINA FERREIRA DA SILVA
ADVOGADO : CARLOS ANDRÉ MORAIS ANCHIETA E OUTRO(S) - MA006274

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. IRRESIGNAÇÃO MANIFESTADA NA VIGÊNCIA DO NCPC. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. CONSTRUÇÃO DE USINA HIDROELÉTRICA. PREJUÍZO NA ATIVIDADE DE PESCA PROFISSIONAL. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL. TEORIA DA *ACTIO NATA*. DATA DA EFETIVA CIÊNCIA DO DANO. ACOLHIMENTO DOS ACLARATÓRIOS PARA DETERMINAR O RETORNO DOS AUTOS À ORIGEM A FIM DE FIXAR A DATA DA CIÊNCIA INEQUÍVOCA DA LESÃO PARA FINS DE CÔMPUTO DO TERMO INICIAL DO PRAZO PRESCRICIONAL.

DECISÃO

ALDERINA FERREIRA DA SILVA (ALDERINA) ajuizou ação reparatória por danos morais e materiais contra CONSÓRCIO ESTREITO DE ENERGIA (CESTE), cujos pedidos foram julgados improcedentes, ante o reconhecimento da prescrição (e-STJ, fls. 64/66).

A apelação manejada por ALDERINA não foi provida, sendo a sentença mantida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão.

Os embargos de declaração foram rejeitados (e-STJ, fls. 611/614).

Inconformada, ALDERINA apresentou recurso especial, fundado no art. 105, III, c, da CF, alegando dissídio jurisprudencial acerca da aplicação do art. 206, § 3º, V, do Código Civil. Indicou com paradigmas precedentes dos Tribunais de Justiça dos Estados do Paraná e de São Paulo e também desta Corte Superior, quanto ao termo inicial da prescrição da pretensão de reparação dos danos resultantes de instalação de usina hidrelétrica.

O apelo nobre foi admitido na origem (e-STJ, fls. 698/699).

Em decisão monocrática de minha lavra, foi determinado o retorno dos

autos à origem, nos termos dos arts. 1.036, § 1º, e 1.037, II, ambos do NCPC, sob o fundamento de que o cerne da irresignação veiculada no recurso especial diz respeito ao termo inicial da prescrição da pretensão de reparação dos danos resultantes de instalação de usina hidrelétrica sobre terceiros, temática que se encontra afetada à Segunda Seção do STJ, para julgamento como recurso repetitivo, por força de decisão proferida pelo Ministro LUÍS FELIPE SALOMÃO nos autos do REsp nº 1.665.598/MT (DJe 1º/8/2017) e do REsp nº 1.667.189/MT (DJe 1º/8/2017).

Contra tal decisão, ALDERINA apresentou embargos declaratórios, alegando, em resumo, não ser o caso de sobrestamento do feito, porquanto a insurgência especial versa questão diversa da afetada (e-STJ, fls. 729/731).

Os embargos de declaração de ALDERINA foram acolhidos, a fim de reconhecer que o termo inicial do prazo prescricional, com base na teoria da *actio nata*, não se dá, necessariamente, quando da ocorrência da lesão, mas sim quando o titular do direito subjetivo violado obtém plena ciência da ofensa e de sua extensão.

Eis a ementa da citada decisão:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. CONSTRUÇÃO DE USINA HIDROELÉTRICA. PREJUÍZO NA ATIVIDADE DE PESCA PROFISSIONAL. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL. TEORIA DA ACTIO NATA. DATA DA EFETIVA CIÊNCIA DO DANO. INTEGRATIVO ACOLHIDO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO (e-STJ, fls. 763).

O recurso aclaratório da CESTE, oposto às e-STJ, fls. 734/736, foi julgado prejudicado, em virtude do acolhimento dos embargos opostos por ALDERINA (e-STJ, fls. 761/762).

É contra essa decisão que se voltam os presentes embargos de declaração manejados pela CESTE, alegando a existência de contradição e/ou erro material, na medida em que a decisão embargada, muito embora tenha dado provimento ao recurso de ALDERINA, ao fundamento de que deve ser reconhecido como termo inicial do prazo prescricional a data em que a autora teve ciência inequívoca da lesão, determinou o regular processamento do feito, quando o correto seria determinar o retorno dos autos à origem a fim de que o Tribunal *a quo* verificasse a data da efetiva ciência da lesão, a partir de quando teria início o prazo prescricional (e-STJ, fls. 775/781).

Não houve impugnação aos embargos (e-STJ, fls. 784).

É o relatório.

DECIDO.

Os embargos de declaração comportam acolhimento.

De plano, vale pontuar que o presente recurso foi interposto contra decisão publicada na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016:

Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

Da alegada ofensa ao art. 1.022 do NCPC

Nos termos do artigo 1.022 do NCPC, os embargos de declaração destinam-se a suprir omissão, afastar obscuridade ou eliminar contradição eventualmente existentes no julgado combatido, bem como corrigir erro material.

Nesse sentido, confira-se o seguinte precedente:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. 1. OMISSÃO. VÍCIO NÃO CONSTATADO. 2. DECLARATÓRIOS REJEITADOS.

1. Os embargos de declaração são recurso com fundamentação vinculada, sendo imprescindível para seu cabimento a demonstração de que a decisão embargada se mostrou obscura, contraditória ou omissa, ou ainda, que incorreu em erro material, conforme disciplina o art. 1.022, I, II e III, do CPC/2015.

2. É manifesta a falta de cabimento dos declaratórios opostos sob o pretexto de que estaria configurada omissão, quando, em verdade, o que se pretende é a mera rediscussão de questões já decididas pelo julgado embargado.

[...].

4. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl nos EDcl no AgInt nos EDcl no AREsp 858.338/MG, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Turma, j. 17/10/2017, DJe 23/10/2017)

Como antes relatado, os embargos de declaração de ALDERINA foram acolhidos, a fim de reconhecer que o termo inicial do prazo prescricional, com base na teoria da *actio nata*, não se dá, necessariamente, quando da ocorrência da lesão, mas

sim, quando o titular do direito subjetivo violado obtém plena ciência da ofensa e de sua extensão.

E na parte dispositiva do referido aclaratório foi dado provimento ao recurso especial para afastar a ocorrência da prescrição, determinando o regular processamento do feito (cf. e-STJ, fls. 769).

Pois bem.

No caso, observa-se que há, de fato, pequena contradição no julgado, conforme narrado nas razões destes embargos da CESTE, os quais devem ser acolhidos tão somente para determinar o retorno dos autos ao Tribunal de origem, a fim de que lá se proceda nova análise sobre a prescrição, tendo como termo inicial a data no momento em que a parte autora teve ciência inequívoca da lesão e dos seus efeitos.

Nessas condições, **ACOLHO** os presentes embargos, com efeitos modificativos, nos termos acima explicitados.

Por fim, advirta-se que eventual recurso interposto contra este julgado estará sujeito às normas do NCPC, inclusive no que tange ao cabimento de multa (arts. 1.021, § 4º e 1.026, § 2º).

Publique-se. Intime-se.

Brasília/DF, 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MOURA RIBEIRO

Relator